



Caminha e Gonneville: primeiros olhares sobre o Brasil

LEYLA PERRONE-MOISÉS

LEYLA PERRONE-MOISÉS é professora de Literatura Francesa da FFLCH-USP e autora de *Flores da Escrivantina* (Companhia das Letras)

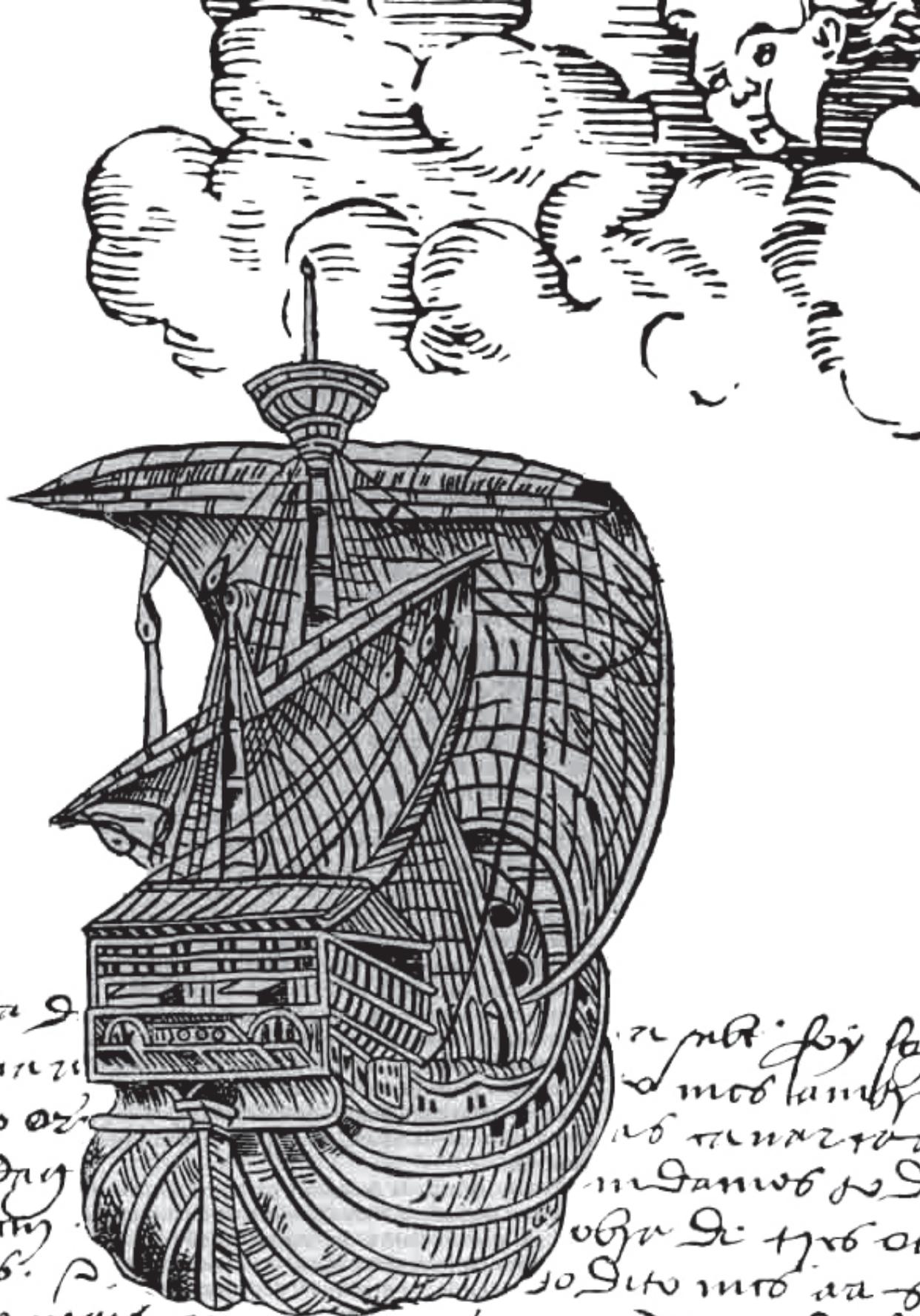
A carta de Pero Vaz de Caminha e a relação de Paulmier de Gonneville são os mais antigos documentos sobre o Brasil e sua gente. O texto do escrivão português é sobejamente conhecido pelos brasileiros. A relação de Gonneville nem tanto, e por isso é necessário lembrar alguns dados a seu respeito.

O capitão Binot Paulmier de Gonneville foi um mercador normando que, em 1503, armou e comandou o navio *L'Espoir*, com o objetivo expresso de refazer a rota de Vasco da Gama. Na altura do Cabo da Boa Esperança uma tempestade seguida de calmaria afastou-o de sua rota, de modo que, em janeiro de 1504, ele aportou numa terra desconhecida que chamou de Índias Meridionais. Sabe-se agora que essa terra era o Brasil, mais precisamente o litoral de Santa Catarina, onde ele encontrou uma tribo de carijós, com os quais conviveu durante seis meses. Ao regressar à França, Gonneville levou consigo o filho do cacique, um jovem de quinze anos chamado Essomeriq. Posteriormente, o capitão adotou esse índio como filho, casou-o com uma sobrinha e, ao morrer, deixou-lhe em herança sua fortuna, seu nome e as armas da família. Essomeriq viveu até uma idade avançada e deixou vários descendentes, integrados na melhor aristocracia francesa⁽¹⁾.

É a relação dessa viagem, registrada no Almirantado de Ruão em julho de 1505, que nos servirá de base para a comparação com a famosa carta de Caminha⁽²⁾.

Apenas três anos separam as duas viagens, e cinco o relato das mesmas. Os dois documentos apresentam muitas semelhanças, apesar da diversidade de propósito e, por conseguinte, de gênero.

profo queo re
bunob rapuade
mentis d'ad
jacion) atzon
mista conta
poder apud
pur que todos
Juramoin
a fr'im'ntar my z'frar aya aquy de p'vte
lis saaquillo que vy p' me p'f'ores/ Sa n'la pr



the appearance of
the ship's structure
by the way of
the port and
the side of the
the hull.

the ship's structure
by the way of
the port and
the side of the
the hull.

the ship's structure
by the way of
the port and
the side of the
the hull.

O texto de Caminha é uma carta-diário, que narra dia por dia a extraordinária semana do "achamento" do Brasil. É um texto de autor, assinado por um talentoso escrivão de bordo, cujas qualidades têm sido justamente reconhecidas como as de um verdadeiro escritor. Já a relação de Gonville é a narrativa sucinta de uma viagem completa, que durou dois anos. Trata-se de um testemunho burocrático, transcrito por um escrivão de cartório, assinado por três declarantes (Gonville e seus sócios); portanto, um texto isento de qualquer pretensão estilística.

Seria entretanto injusto dizer que a *Relação* é desprovida de estilo e não oferece a possibilidade de uma fruição literária. Dentro dos limites de seu gênero, ela é muito elegante e eficaz. Sua estrutura narrativa tripartida — ida, estada e volta — é firme e equilibrada. Os agentes evocados, ainda que em breves traços, têm características próprias, capazes de sugerir "personagens". A sintaxe é rigorosa e compõe um discurso provido de lógica interna, que ultrapassa a simples justaposição dos fatos narrados. O vocabulário é preciso, variado e mesmo saboroso. Em suma: a história foi bem contada pelos declarantes e bem transcrita pelo escrivão: ela manifesta, senão um talento (o que não era de modo algum pretendido), pelo menos uma competência oral dos declarantes e uma competência escritural do funcionário régio.

Quanto aos objetivos dos dois relatos, eles não são tão diversos como se pode pensar, à primeira vista. Embora se trate, num caso, dum empreendimento estatal, e no outro, privado, os relatos dos mesmos são ambos interessados, e visam um proveito final de cunho particular: Caminha desejava o perdão de seu genro, degredado em São Tomé; Gonville e seus sócios pretendiam ser ressarcidos de um prejuízo: devido a um ataque de piratas, os normandos acabaram por naufragar e perder toda a preciosa carga que traziam do Brasil. Em ambos os casos era necessário convencer e, até certo ponto, agradar. A abundância e precisão dos dados concretos eram aí mais importantes do que a fabulação, o que distancia os dois relatos de outros, contemporâneos e posteriores, destinados à publicação. O destinatário de Caminha é o próprio rei, Dom Manuel; o de Gonville é a "gente do rei", por detrás da qual se profila o soberano. Os objetivos de ambos os destinatários eram concretos: saber que proveito o Estado poderia tirar do que lhes é contado.

Feitas essas observações preliminares, é preciso definir o corpus da comparação. De imediato, há um problema de desproporção diegética entre os dois relatos. O de Gonville cobre um espaço de tempo muito mais longo do que o de Caminha (dois anos num caso, uma semana, no outro); conseqüentemente, a *Relação* contém acontecimentos e informações que, embora sucintos, são mais numerosos, enquanto a *Carta* mostra as coisas mais de perto e mais detidamente. Caminha não se ocupa da viagem, nem de seus aspectos técnico-marítimos: "De marinagem e singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza, porque o não saberei fazer, e os pilotos devem ter esse cuidado". Assim, a notícia da travessia do Atlântico é bem resumida, constituindo apenas um prólogo à verdadeira matéria da carta, que é a descrição da gente e da terra. A relação de Gonville tem três grandes seqüências, contendo a primeira e a terceira muitas informações relativas a "marinagem e singraduras". Mas a seqüência central da *Relação* se presta perfeitamente ao confronto com a carta de Caminha, tanto pela temática quanto pela extensão e pelo ritmo narrativo.

De fato, dentro da *Relação*, a parte referente à estada na terra dos carijós é a mais extensa e minuciosa. Contém anedotas e pormenores descritivos que não se encontram nas partes relativas às viagens de ida e volta. É como se, à agradável estada de seis meses na terra dos carijós — índios não-antropófagos e hospitaleiros, que seriam, mais tarde, os preferidos dos jesuítas —, correspondesse uma narrativa mais lenta, mais detida, mais prazerosa.

É essa parte, portanto, que se presta à comparação. A ela devemos acrescentar, por razões evidentes, o início da terceira parte, onde se narram outros encontros com índios. Na viagem de volta, os normandos fizeram escalas em dois pontos do litoral baiano, onde encontraram tupiniquins e tupinambás. Embora tocada em diversos pontos de seu litoral, a terra "descoberta" pelos normandos é a mesma que os portugueses descobriram, e os habitantes semelhantes, pelo menos aos olhos europeus. A essa semelhança óbvia do referente somam-se outras, que passo a analisar.

Caminha tem sido muito louvado por seu "realismo". Diferentemente dos cronistas contemporâneos das Descobertas (Colombo e Vespúcio em particular), o es-

1 Ver M. d'Avezac, *Campagne du Navire l'Espoir de Honfleur, 1503-1505. Relation authentique du voyage du Capitaine de Gonville és Nouvelles Terres des Indes*, Paris, Challamel, 1869; tradução brasileira: Triãto de Alencar Arraípe, "Primeiro Navio Francez no Brazil", in *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brazil*, Tomo XLIX, 2º Volume, Rio de Janeiro, 1886, p. 315 a p. 360. Sobre a história completa do Capitão de Gonville e seu afilhado índio, publicarei em breve um livro pela editora Companhia das Letras.

2 Ver "Carta de Pero Vaz de Caminha", in *Descobrimientos Portugueses, Documentos para a sua História*, ed. João Martins da Silva Marques, Vol. III, Lisboa, Edição do Instituto de Alta Cultura, 1971, pp. 592 a 607, ou em qualquer outra de suas numerosas edições.

crivão de Cabral declara, desde o início: "para alindar nem afeiar, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu". Jaime Cortesão, entre outros, observa a "objetividade, a exatidão, a minúcia diária do testemunho" e a limpeza de seu estilo:

"Nada da grandiloquência delirante de Colombo ou charlatanesca de Vespúcio. A grandeza e a emoção da Carta aumentam com a graça cândida do estilo, limpa do menor artifício" (3).

É bem conhecida a demonstração feita por Sérgio Buarque de Holanda de que essa tendência ao realismo é própria dos relatos marítimos portugueses em geral:

"O gosto da maravilha e do mistério, quase inseparável da literatura de viagens na era dos grandes descobrimentos marítimos, ocupa espaço singularmente reduzido nos escritos quinhentistas dos portugueses sobre o Novo Mundo. Ou porque a longa prática das navegações do Mar Oceano e o assíduo trato das terras e gentes estranhas já tivessem amortecido neles a sensibilidade para o exótico, ou porque o fascínio do Oriente ainda absorvesse em demasia os seus cuidados, sem deixar margem a maiores surpresas, a verdade é que não os inquietam, aqui, os extraordinários portentos, nem a esperança deles. E o próprio sonho de riquezas fabulosas, que no resto do hemisfério há de guiar tantas vezes os passos do conquistador europeu, é em seu caso constantemente cerceado por uma noção mais nítida, porventura, das limitações humanas e terrenas" (4).

Caminha é um excelente exemplo disso. Não há, em sua narrativa, seres ou acontecimentos extraordinários, mas, pelo contrário, os homens e as coisas vistas, por mais inéditos que fossem, são aí trazidos a uma plausível e quotidiana existência. O escrivão de Cabral manifesta um extremo cuidado em só descrever e narrar o que foi experimentado diretamente por seus sentidos. Em seu apego aos dados sensoriais, Caminha é aristotélico. Sobre isso, diz João Rocha Pinto:

"Sobretudo a partir de Alberto Magno o aristotelismo ganha maior evidência pela sua maior propensão para o apoio nos sentidos, reforçados pelos nominalistas, o que vai ao encontro das necessidades reais e mentais dos europeus dos Descobrimentos. (...) Daí resultou um confessado apego aos dados e categorias sensoriais e sociais da experiência a que os homens dos Descobrimentos se entregaram e, entre eles, Pero Vaz, que nos deu um monumento, verdadeiro' auto dos sentidos" (5).

Dentre os sentidos, impõe-se como prioritária a visão, o que Rocha Pinto explica como "resposta a uma necessidade crescente de se operar com o espaço e em função dele, derivando igualmente da divulgação de novas técnicas e da imprensa, sobretudo" (6). É fácil compreender que navegar e descobrir dependiam particularmente da visão, desde o instrumental marítimo, essencialmente visual (quadrante, astrolábio, bússola), até o acesso a uma nova terra, isto é, um novo espaço a ser dominado.

Além de o narrado passar ao leitor uma impressão de veracidade, pela ausência de dados portentosos, a própria enunciação de Caminha traz as marcas do cuidado em só afirmar aquilo que foi comprovado pela experiência sensorial e de ressaltar a possibilidade de engano. As precauções discursivas do escrivão são notáveis: "segundo meu parecer"; "nós assim o tomamos"; etc. E quando se trata de experiências vividas por outros membros da tripulação, fora das suas vistas, ele as pontua prudentemente com fórmulas como "segundo disseram" ou "segundo eles diziam".

As afirmações só são feitas, na *Carta*, depois de comprovados os fatos, e numa ordem que acompanha a da própria experiência. Assim, sobre as casas dos índios, há primeiro a suposição de que não existem, porque não são visíveis: "Isto me faz presumir que não têm casas nem moradas a que se acolham"; em seguida, a experiência de outro é reportada tal qual: "Disse que não vira lá entre eles senão umas choupaninhas de rama verde e de fetos muito grandes, como de Entre Douro e Minho"; finalmente, a observação de todo um grupo, que retifica a impressão inicial: "E segundo eles diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que

3 Jaime Cortesão, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943, p. 113.

4 Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, 3ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977, p. 1.

5 João Rocha Pinto, *A Viagem – Memória e Espaço (A Literatura Portuguesa de Viagens – Os Primitivos Relatos de Viagem ao Índico – 1497-1500)*, Lisboa, Sá da Costa, 1989, p. 220.

Ao lado, a primeira página da Carta de Pero Vaz de Caminha; reprodução em fac-símile do original que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal

haveria nove ou dez casas, as quais eram tão compridas, cada uma como esta nau capitânia". Segue, então, a descrição das casas.

Mais do que veraz, Caminha é preciso. Tem sido observado seu vezo de fornecer números, medidas e proporções. Esse "prurido da exatidão até o escrúpulo" foi atribuído, por Jaime Cortesão e antes por Capistrano de Abreu, ao seu ofício anterior de Mestre da Balança da Moeda no Porto(7).

Ora, a tendência a confiar apenas no experimentado pelos sentidos e a afirmar somente o que foi por eles comprovado é a mesma que verificamos na *Relação* de Gonville. Também é comum a ambos a predominância da visão sobre os demais sentidos. Em suma, o relato normando é tão "realista" quanto o de Caminha. Sua contenção e objetividade apresentam, com relação aos relatos exagerados e fantasiosos de outros cronistas, o mesmo contraste que se estabelece entre estes e a carta do escrivão portuense. A *Relação* não contém nenhum dado prodigioso ou inverossímil. Os índios vistos pelos normandos são homens curiosos mas plausíveis; as plantas e os animais são apenas diferentes dos da Europa.

A enunciação dos declarantes normandos, escrupulosamente registrada, contém as mesmas cláusulas de prudência que aparecem em Caminha: "O dito Arosca tinha, ao que parece, uns sessenta anos"; "não notaram nenhum sinal particular que distinguisse o dito Rei dos outros"; "não têm nem Rei nem chefes: pelo menos não viram sinal deles".

E mais ainda: a *Relação* tem o mesmo "prurido da exatidão" notado em Caminha. Os normandos também gostam muito dos números: "aldeias de trinta, quarenta, cinquenta ou oitenta cabanas"; "seu país tinha a extensão de um dia, e era povoado por cerca de uma dúzia de aldeias"; "levando de quinhentos a seiscentos homens cada vez"; "quatro homens"; "dois índios"; etc.

Como interpretar essas semelhanças? Parece-me que tem razão Rocha Pinto quando atribui as características de Caminha menos a traços individuais do que ao espírito da época, que ele encarna soberanamente: "a forte ligação que o escrivão tinha com seu tempo e seu meio". A fiança exclusiva na experiência direta, que transparece tanto em Caminha como em Gonville, é uma característica do homem da época dos Descobrimentos:

"A necessidade de adequação a um mundo em desestruturação-reestruturação impeliu o homem dos Descobrimentos a uma crença privilegiadora dos dados dos sentidos e do saber advindo da experiência. Como não haveriam de socorrer-se de um referente palpável perante um "mundo às avessas" (8).

Nem Caminha nem Gonville têm qualquer inclinação para o sobrenatural, exceto, naturalmente, o sobrenatural por assim dizer socializado da fé cristã. A atração pela magia, que Sérgio Buarque de Holanda aponta como uma característica renascentista, não se manifesta em nenhum deles. A única referência alquimista da *Relação* é tingida de certa ironia, já que se trata da ingenuidade dos índios: "o que era prometer-lhes tanto como prometer a um cristão ouro, prata e pedrarias, ou ensinar-lhe a pedra filosofal".

Outro aspecto que tem sido destacado, na carta de Caminha, é a ausência de espanto na descrição do encontro (que deveria ser espantoso) com aquela outra humanidade descoberta no Novo Mundo.

Diz Rocha Pinto:

"Costumam os historiadores e quem se tem ocupado do relato atribuir tal singularidade (a vincada ausência de espanto) à feitura de viagens de pré-descobrimento não registradas mercê da política de sigilo que envolveria a expansão portuguesa" (9).

O estudioso admite essa explicação, sem muito entusiasmo. De qualquer maneira, a tese de que se sabia mais do Brasil do que se pretende revelar ao "descobri-lo", em razão de viagens portuguesas anteriores (de que há indícios em outros documentos), acha na falta de espanto de Caminha um argumento a mais.

Os índios entram na *Carta* muito naturalmente, sem que o escrivão solte nenhum "Oh!": "Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito (...) Eram pardos, todos nus, (etc.)". Ora, os índios de Gonville também entram

6 Idem, *ibidem*.

7 Jaime Cortesão, op. cit., p. 24 e J. Capistrano de Abreu, *O Descobrimento do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/INL, 1976, p. 199.

8 João Rocha Pinto, op. cit., p. 220.

9 Idem, p. 227.

na história sem nenhum alarde: "Dizem também que, durante sua permanência, conversavam cordialmente com as gentes dali (...) sendo os tais Índios gente simples (...) vivendo da caça e da pesca (...) indo meio nus (etc.)". Tal naturalidade se ajusta bem a outro informe da *Relação*, o de que outros franceses já haviam estado naquela terra: "onde, desde há alguns anos, homens de Dieppe e de Saint-Malo assim como outros normandos e bretões vão buscar madeira para tingir de vermelho". A mesma explicação encontrada para a fleuma de Caminha poderia aplicar-se, portanto, à de Gonneville. Infelizmente, nos dois casos, a prova conclusiva das viagens anteriores continua faltando.

Nos dois casos, a ausência de espanto pode explicar-se mais simplesmente pela informação acerca da experiência de Colombo (e no caso de Gonneville também a de Vespúcio) que já corria solta nos portos europeus. A isso se acresceria, do lado português, o longo trato com povos diversos, na África e na Ásia, que os predisporia a encarar naturalmente a aparição de outros gentios. Quanto a Gonneville, não só ele sabia que havia índios, mas até mesmo que era "costume" levar alguns para a Cristandade¹⁰.

Comparemos, agora, as experiências com os índios. A primeira impressão dos franceses, como a de Caminha, é favorável. "Essa gente é boa e de boa simplicidade", diz Caminha; "sendo os tais índios gente simples, que não pediam mais que levar uma vida alegre sem grande trabalho", diz a *Relação*. O julgamento estético também é positivo: "Andavam todos tão dispostos, tão bem feitos e galantes com suas tinturas, que pareciam bem", diz o português; "E vão as mulheres e as meninas com a cabeça nua, tendo os cabelos gentilmente enrolados em cordéis de ervas tingidas de cores vivas e brilhantes. Quanto aos homens, usam longos cabelos soltos, com um círculo de plumas altas, de cores vivas e bem dispostas", observam os normandos.

Homens e mulheres parecem bondosos e bonitos, e a primeira impressão vai manter-se na *Carta* toda, como na *Relação*, no que tange aos carijós. A opinião favorável a respeito dos índios é característica desse primeiro momento do encontro dos europeus com os americanos. Colombo e Vespúcio (primeiras impressões) dão descrições idílicas dos selvagens encontrados, comparam-nos com Adão antes do pecado ou com os felizes e harmoniosos homens da mítica Idade de Ouro primitiva. O índio ainda não é, então, o inimigo a vencer, o escravo a subjugar, o empecilho a eliminar. Esse primeiríssimo momento, quase destituído de agressividade, é uma espécie de breve suspensão da história, que logo vai seguir seu curso de violência e furor.

Mas nem Caminha nem Gonneville idealizam o selvagem. Para eles, os índios simplesmente estão ali, e "parecem bem". Eles são saudáveis e galantes, mas não são perfeitos, gigantescos nem matusaléns, como por vezes são nos outros cronistas. "A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes", descreve Caminha. E Gonneville traça um pequeno retrato do chefe Arosca, perfeitamente realista: "Homem de postura grave, estatura média, gordinho, de olhar bondoso". O mito do paraíso terrestre, levemente evocado por Caminha ("a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior"), está totalmente ausente da *Relação* de Gonneville.

A boa opinião que Caminha e Gonneville têm dos índios inclina-nos a ter uma boa opinião sobre eles próprios, europeus abertos e generosos, que em nenhum momento usam de violência contra os nativos e, pelo contrário, convivem cordialmente com eles. Mas é evidente que não devemos idealizar demasiado o humanismo de ambos. "Sondagem prévia da real força do ameríndio e não um excessivo zelo humanístico", diz Rocha Pinto dos homens de Cabral, de que Caminha é o portavoz. Não um "conhecimento real", mas a construção de uma imagem do índio que se pauta por "uma certa inocuidade"¹¹.

Jaime Cortesão entusiasmou-se demasiadamente com a "alta humanidade e o respeito cívico da liberdade alheia" manifestados na *Carta*¹². O que é comentado por outro grande historiador português, Duarte Leite: "Com vênha pelo dizer faceto, isto é ver mosquitos na lua"¹³. Cortesão se baseia na expressão usada por Caminha: "sem lhes dar mais opressão"; Duarte Leite observa que "opressão" quer aí dizer simplesmente "constrangimento".

De fato, a benevolência de Caminha, que chega a ser encantamento, sobretudo com as índias, não é evidentemente uma entrega, mas apenas um assentimento paternalista de que não estão ausentes as segundas intenções. Os índios têm boa in-

10 Antes de Cabral e de Gonneville, consta que foram levados para a Europa algumas centenas de Índios! De suas duas viagens, Colombo teria voltado com 36; seu irmão Bartolomeu, em 1496, teria levado 300; Vespúcio, em 1497-98, 222; Pinzon, em 1499, 36; Diogo de Lepe, no mesmo ano, um número indeterminado. Ressalvados possíveis exageros, sobretudo de Vespúcio, a existência de habitantes na América não era nenhuma novidade em 1500. Ver, a esse respeito, John Hemming, *Red Gold - The Conquest of the Brazilian Indians*, London, Macmillan, 1978 e Olive Patricia Dickason, *The Myth of the Savage*, Edmonton, The University of Alberta Press, 1984.

11 João Rocha Pinto, op. cit., p. 232.

12 Jaime Cortesão, op. cit., p. 63.

13 Duarte Leite, "A Carta de Pero Vaz de Caminha", in *História dos Descobrimientos - Coletânea de Esparços*, org. V. Magalhães Godinho, Lisboa, Cosmos, 1959, Vol. I, p. 541.

O Descobrimento
do Brasil,
óleo sobre tela
do pintor brasileiro
Oscar Pereira da Silva



dole, isto é, são dóceis, capazes de serem transformados naquilo que os europeus quiserem: "imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho que lhes quiserem dar". E num passo bem conhecido da *Carta*, ele revela seu desprezo: "do que tiro ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva (...) como aves ou alimárias monteses".

Quanto à desigualdade na relação dos europeus com os índios, Caminha é bastante lúcido: "Andavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós andávamos entre eles"; "são muito mais nossos amigos do que nós seus".

Os normandos do *L'Espoir* tiveram a ocasião de tratar com dois tipos de índios: os carijós, gente cordial, semi-vestida e não-canibal, e os tupiniquins-tupinambás, gente feroz, nua e antropófaga. Puderam assim classificar os índios em duas categorias, conforme a grande divisão cristã do Bem e do Mal. Arosca, o cacique carijó, tem "olhar bondoso" e seus súditos são todos igualmente gentis (o que não se comporta bem é duramente punido); os outros, tupiniquins e tupinambás, são "índios rudes", "cruéis", "maus", "traíçoeiros. A verificação de que existem índios bons e índios maus acaba por ser mais uma garantia de realidade, na visão dos normandos: "como em qualquer grupo humano", é a conclusão implícita. Como na Europa ou em qualquer lugar, há bons encontros e maus encontros (*malencontre* é o termo utilizado na *Relação*).

No que se refere aos carijós, as considerações de Gonville são semelhantes às de Caminha, marcadas por uma benevolência paternalista. Não é manifestado qualquer desprezo por eles, mas transparece sempre, na *Relação*, a plena consciência da superioridade dos europeus: "se os cristãos fossem anjos descidos do céu não seriam mais estimados por esses pobres índios, que estavam todos assombrados com a grandeza do navio, com a artilharia, os espelhos e outras coisas que eles aí viam".

Superioridade de que se tira imediato proveito. Na *Carta*, e ainda mais na *Relação*, são referidas as trocas vantajosas que se pode fazer com os índios. Caminha: "Traziam cabaços de água e tomavam alguns barris que nós levávamos; enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis (...) E a uns dava um cascavel, a outros uma manilha, de maneira que com aquele *engodo* quase nos queriam dar a mão"; "Eles ofereciam desses arcos com suas setas por sombreiros e carapuças de linho ou por *qualquer coisa* que lhes dávamos"; "Ali davam alguns arcos por folhas de papel ou por alguma carapuchinha vermelha ou *qualquer coisa*"; "Resgatavam lá por cascavéis ou por *outras coisinhas de pouco valor*, que levavam, papagaios vermelhos, muito grandes e formosos (etc.)"; "Traziam alguns deles arcos e setas, que todos trocaram por carapuças ou por *qualquer coisa* que lhes davam" (grifo nosso). Gonville: "pelo amor de algumas pequenas liberalidades que lhes faziam, pentes, facas, ma-

chados, espelhos, missangas e outras bugigangas, tão amadas que *por elas se deixariam esquarterar*, e lhes traziam abundância de carne e peixes, frutas e viveres, e tudo o que eles viam ser agradável aos cristãos, como peles, plumagens e raízes para tingir; em troca do que lhes eram dadas *quinquilharias e outras coisas de baixo preço*"; "e quanto à população, não houve ninguém a quem não se fizesse algum dom de *bugangas baratas*, mas por eles prezadas" (grifo meu).

Os índios são facilmente cativados e facilmente enganados. Atraem-nos como animais silvestres. Caminha: "Homem não lhes ousa falar de rijo para não se esquivarem mais; e tudo se passa como eles querem, para os bem amansar". Gonville: "elas foram cativadas (*apprivoisées*) pelos cristãos por meio das festas (*chères*) e pequenos presentes".

E depois os enganam. Gonville: "tanto se fez, com tal gentileza, que o dito chefe Arosca consentiu que um de seus filhos (...) viesse à Cristandade (...) faziam-no crer que àqueles que viessem do lado de cá, ensinariam a artilharia".

Tanto os portugueses da esquadra cabralina como os normandos do *L'Espoir* são extremamente corteses com os índios. É fartamente conhecida e admirada a extravagante recepção preparada por Cabral aos índios que vieram ao navio; e as acolhidas seguintes sempre ocorreram com a maior civilidade. Os normandos não são menos educados. Também recebem os chefes carijós na nau, e quando se recusam a acompanhar Arosca em suas excursões guerreiras, tomam o cuidado de não o ofender: "ele bem que gostaria que alguns do navio o acompanhassem com suas armas de fogo e artilharia, para atemorizar e desbaratar seus ditos inimigos; mas disso a gente se escusou". Essas trocas de etiquetas, que vemos hoje com um sorriso, pela incongruência que elas manifestam, tendo-se em conta as incomensuráveis diferenças dos códigos comportamentais dos dois grupos, eram hábeis condutas, recomendadas pelas instruções levadas por Cabral para o trato com os orientais; aconselhada pelos informantes portugueses (no *L'Espoir* iam dois pilotos portugueses) ou ditada pelo simples bom senso, essa é igualmente a conduta adotada pelos normandos, para manter as boas graças dos hospedeiros. A ausência de violência, já referida, é o corolário desse comportamento. Nem os portugueses nem os franceses lançam mão de sua esmagadora superioridade em termos de armamentos; na verdade, não foi necessário. A única violência praticada por Gonville é a captura de dois canibais, com o intuito de levar também à França; mas a fuga dos mesmos é aceita sem resistência, e até mesmo com certa bonomia: "esses malandros (*gallands*) são tão bons nadadores que tal trajeto não os intimida".

De tudo isso se afere que o qualificativo "simples", usado tanto por Caminha como por Gonville para definir essa gente, é, ao mesmo tempo, gentil e depreciativo. Simples quer aí dizer simplório, e portanto facilmente dominável.

Se não devemos, portanto, idealizar demasiado as atitudes simpáticas de Caminha ou de Gonville, também não devemos incorrer no oposto, isto é, a fácil, anacrônica e demagógica condenação de suas mentalidades "etnocêntricas" e "colonialistas". Dentro da "consciência possível" de seu tempo, e comparados a outros cronistas do Descobrimento, Caminha e Gonville são de fato, para nossos valores de hoje, simpáticos. Ambos manifestam uma grande abertura na observação do Outro, que lhes interessa para além dos intuitos práticos; eles o olham com toda a objetividade possível, sem o sobrecarregar com demasiados julgamentos ou interpretações. Pelo fato de se fiarem nos sentidos e pela prudência nas afirmações, ambos nos apresentam índios "humanos", e não imagens de índios conformes a iconologia medieval dos monstros e portentos ou a iconologia renascentista da *Idade de Ouro*.

Essa abertura à alteridade tem, evidentemente, seus limites. Pretender que Caminha ou Gonville viram o Novo Mundo e seus habitantes com um puro olhar, desprovido de preconceitos, seria uma ingenuidade. Leia-se, a esse respeito, o que diz Roland Le Huenen:

"O relato, mesmo de boa fé, não poderia ser inocente, não saberia ter a neutralidade e a transparência com que desejamos idealmente dotá-lo. Ele é uma construção, o resultado de um trabalho onde se investem de maneira global os valores preexistentes, culturais e ideológicos, que determinam necessariamente toda apreensão do real. Pois primeiramente o olhar maravilhado do viajante não é um olhar ingênuo; ele permanece assombrado pelas paisagens e imagens previamente conhecidas, pertur-

bado pelo jogo dos hábitos. Pois além disso a transformação em texto é tributária dos constrangimentos da língua e do discurso, das exigências do léxico e do estilo, da ordem da sintaxe e das regras da argumentação. De onde o duplo movimento contraditório que preside a escrita da viagem: uma abertura para o real, para a novidade (o Novo Mundo, a Nova França, a Nova Espanha) que constitui o princípio motor da viagem; uma apropriação do real por via analógica (no Novo Mundo reencontra-se o Mundo, entende-se o antigo, na Nova França há a França, etc...). (...) Ao choque da descoberta responde o gesto assimilador, pelo qual o discurso se apodera do real e o reconstrói segundo um amálgama de elementos familiares" (14).

Assim, Caminha diz que os índios moram numas choupaninhas "como de Entre Douro e Minho"; Gonville verifica que as portas se fecham com trameças como as dos estábulos da Normandia. As semelhanças encontradas, no seio da mais espantosa alteridade, os reconforta, e ao mesmo tempo confirma a sua superioridade sobre aqueles povos, que não têm templos nem palácios, mas apenas choupaninhas e "estábulo". Caminha faz comentários à descortesia dos índios; Gonville se apieda de sua simplicidade ou atribui-lhes comportamentos regidos por seu próprio código ético. Tudo isso é inevitável, e apontá-lo com intenções de "crítica ideológica" é quase uma covardia, pela evidência com que hoje isso nos aparece. Mas reconhecer que, dentro das circunstâncias que eram as suas, Caminha e Gonville viram os índios com menos preconceitos e delírios do que muitos de seus contemporâneos é uma justiça que lhes devemos.

Nos dois relatos, a mesma cena é descrita: a da chantadura da cruz. A comparação dessas descrições nos permite fazer outras observações. Bons católicos, portugueses e normandos marcam sua passagem com a ereção do símbolo máximo de sua religião.

A cerimônia é quase idêntica, nos dois relatos. Abster-me-ei de citar a descrição de Caminha, por ser esta bastante conhecida. A de Gonville é a seguinte:

"Dizem também que, desejando deixar, no dito país, marcas de que ali haviam chegado cristãos, foi feita uma grande cruz de madeira, alta de trinta e cinco pés ou mais, bem pintada; a qual foi plantada num outeiro com vista para o mar, em bela e devota cerimônia, tambor e trombeta soando, em dia bem escolhido, a saber, o dia de Páscoa de mil quinhentos e quatro. E foi a dita cruz carregada pelo Capitão e pelos principais do navio, todos descalços; e ajudavam-nos o dito chefe Arosca e seus filhos e outros índios notáveis, que para tanto foram convidados de honra; e eles se mostravam alegres. Seguiu a tripulação armada, cantando a ladainha, e um grande povo de índios de todas as idades, aos quais há muito fazíamos festa, quietos e muito atentos ao mistério.

Plantada a dita cruz, foram dados vários tiros de escopeta e artilharia, e oferecidos festim e presentes ao dito chefe Arosca e principais índios; e quanto à população, não houve ninguém a quem não se fizesse algum dom de bugigangas baratas, mas por eles prezadas, tudo para que o fato lhes ficasse na memória; dando-lhes a entender, por sinais e de outras formas, o melhor possível, que eles deviam conservar e honrar a dita cruz.

E nesta estava gravado, de um lado, o nome de nosso Santo Padre o Papa de Roma, do Rei nosso Senhor, de Monsenhor o Almirante de França; do Capitão, burgueses e companheiros, do maior até o menor. E fez o marceneiro do navio essa obra, o que lhe valeu um presente de cada companheiro. Do outro lado foi gravado um dístico numeral latino composto pelo senhor Nicole le Febvre acima citado, que de gentil maneira declarava a data do ano da chantadura da cruz, e quem a havia chantado; e ali estava:

HIC SACRA PALMARIUS POSVIT GONVILLA BINOTVS;
GREX SOCIUS PARITER, NEVSTRAQVE PROGENIES(15).

(...) E na hora da partida o povo todo soltou um grande grito, e davam a entender que conservariam bem a cruz; fazendo o sinal daquela, cruzando dois dedos".

14 Roland Le Huenen, "Qu'est-ce qu'un récit de voyage?", in *Littéraires* n° 7, (*Les Modèles du récit de voyage*), Centre de Recherches du Département de Français de Paris X – Nanterre, 1990, p. 19.

15 Tradução: "Aqui Binot Paulmier de Gonville plantou este objeto sagrado, associando em paridade a tribo com a linhagem normanda". Na inscrição latina, a soma das letras que correspondem a algarismos romanos dá a data de 1504.

A cerimônia portuguesa é mais solene, pelo fato de haver padres na tripulação. Nos dois casos, porém, além das semelhanças óbvias decorrentes do rito católico, ressalta-se a participação dos índios. Se, em nenhum dos casos, a cruz foi chantada *para eles*, mas para marcar a presença dos cristãos, é notável como a cena é descrita *em função deles*. Na descrição de Caminha, é tal a atenção concedida a cada gesto dos índios que temos a impressão de que o escrivão não se concentrou nem por um minuto na missa e nas orações, mas ficou de olho nos "neófitos". Gonneville também não os perdeu de vista. E ambos notam (ou querem notar) a mesma atitude dos índios: *participativa* (Caminha: "alguns se foram meter debaixo dela, para nos ajudar"; Gonneville: "e ajudavam-nos o dito chefe Arosca e seus filhos e outros índios notáveis"), *atenta* (Caminha: "eles se puseram assim todos, como nós estávamos com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados, que certifico a Vossa Alteza nos fez muita devoção"; Gonneville: "quietos e muito atentos ao mistério") e *prosélita* (o índio mais velho, de Caminha, mostra que entendeu apontando o céu, e os índios de Gonneville "davam a entender que conservariam bem a cruz; fazendo o sinal daquela, cruzando dois dedos").

A semelhança das cerimônias se deve, obviamente, ao ritual católico e aos costumes europeus da época. Mas as semelhanças no modo de descrever o comportamento dos índios, durante a cerimônia, indiciam posturas análogas dos narradores. Podemos comparar os relatos de Gonneville e de Caminha com os trechos em que Cartier narra cerimônias análogas, no Canadá:

"E plantamos aquela cruz na dita ponta, diante deles, que nos olhavam fazê-la e plantá-la. E depois que ela foi elevada ao ar, pusemo-nos todos de joelhos com as mãos juntas, adorando-a diante deles, e lhes fizemos sinal, olhando e lhes mostrando o céu, que dela vinha nossa redenção, o que os fez demonstrar grande espanto, girando em torno da cruz e a olhando. (...) Assim todos os assistentes puderam ouvi-la (a paixão de Cristo), e todo esse pobre povo fez um grande silêncio, e foram maravilhosamente compreensivos, olhando o céu e fazendo cerimônias iguais as que nos viam fazer" (16).

É portanto um *topos* essa atitude observada em povos tão diversos como os índios brasileiros e canadenses, e ademais de diferentes tribos. Esses relatos nos informam mais sobre os observadores do que sobre os observados. O modo de descrever os gestos dos índios nos revela os desejos dos europeus, a quem interessa que os índios tenham predisposições para abraçar a fé cristã. Assim, o que poderia ser simples espanto ou mimetismo gestual elementar (que ocorre também fora das cerimônias religiosas), é notado e anotado pelo europeu como possível sinal de religiosidade. Como observa Marie Christine Gomez-Géraud:

"A descrição do gesto do índio pode pois ter intenções etnográficas, mas seus fundamentos são ideológicos, já que não se trata tanto de reproduzir o gesto quanto de produzir gestos. Inventar um índio capaz de servir e de auxiliar aos projetos de conquista e de estabelecimento, eis o que está primordialmente em jogo na percepção do gesto selvagem" (17).

Nos relatos que nos ocupam, tudo se passa da melhor maneira, fazendo augurar uma cristianização imediata dos gentios. Mas nem Caminha, nem Gonneville confiam demasiadamente na força exclusiva da graça. Ao narrar, em trecho anterior, a fabricação da cruz, Caminha observa, sem ilusões, que esta interessa menos aos índios do que os machados: "E creio que o faziam mais por verem a ferramenta de ferro com que a faziam, do que por verem a cruz". E a nascente fé dos índios é reforçada com presentes bem concretos: Cabral leva a bordo o índio "que fez aos outros aquela mostrança para o altar e para o Céu", e um irmão deste: "fez-lhe muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca e ao outro uma camisa destoutras". Quanto ao piedoso gesto do índio, Caminha é prudente: "e nós assim o tomamos".

Gonneville também acredita na força persuasiva dos presentes: "não houve ninguém a quem não se fizesse algum dom de bugigangas baratas, mas por eles prezadas, tudo para que o fato lhes ficasse na memória". Sobre o gesto dos carijós, ele não tece comentários: mas conhecendo-se, pelo restante da *Relação*, seu cauteloso bom senso, somos inclinados a crer que ele não deu a esse gesto um significado de fé, mas apenas de cordialidade.

16 Ver Jacques Cartier, *Voyages au Canada*, Paris, Maspéro, 1981, pp. 147-8.

17 Marie Christine Gomez-Géraud, "La Perception du Geste Sauvage et ses Enjeux: Regards sur l'Indien de la Nouvelle France (1543-1632)", in *Les Figures de l'Indien*, dir. Gilles Thérien, *Les Cahiers du Département d'Études Littéraires* n° 9, Université du Québec à Montréal, 1988, p. 191.

Hasteamento da
Cruz, em Porto Seguro,
óleo sobre tela do
brasileiro Pedro Peres



O português e o normando não duvidam, nem por um momento, de que os índios sejam humanos e tenham alma (o que não pareceu tão evidente a outros descobridores, a ponto de o papa Paulo III ter precisado, em 1537, lançar uma Bula nesse sentido). E ambos desejam salvá-los, batizando-os. Mas Caminha quer batizá-los em massa, enquanto Gonville só se coloca o problema diante de um caso particular. Durante a viagem de volta, o índio Essomericq é acometido de escorbuto e, depois de alguma deliberação, os normandos decidem batizá-lo "para evitar a perdição de sua alma". Na *Carta* é expressa a pretensão a uma grande missão evangelizadora que seria a principal tarefa do povo português. Os normandos não manifestam qualquer preocupação evangelizadora maior; em terra, limitam-se a breves instruções sobre o respeito devido à cruz; a bordo, batizam *in extremis* um índio particular, e fazem-no em função de um caso de consciência individual.

Uma diferença aparentemente pequena, mas muito significativa, é a que existe entre as inscrições que os portugueses e os normandos apõem a suas cruzes. A cruz portuguesa traz pregadas "as armas e a divisa" do rei. Diz, a esse respeito, J. F. de Almeida Prado:

"Divulgava o Rei os feitos de seus navegadores *urbi et orbi*, principalmente aos vizinhos espanhóis, por causa dos ajustes de Tordesilhas, em que era preciso indicar onde tais terras se situavam na demarcação deste ou daquele soberano. Em obediência a tal princípio deixou Cabral antes de partir de Porto Seguro uma grande cruz de madeira com inscrições segundo reza o Piloto Anônimo, à guisa de tomada de posse por Portugal. Na falta de padrões de pedra de Lioz (localidade não muito distante de Lisboa) obrigatoriamente presentes no porão das naus descobridoras, recorreu o comandante da empresa tão-só comercial ao sucedâneo, enquanto outra expedição não trouxesse os marcos de costume" (18).

A cruz de Gonville parece ter menores pretensões: destina-se a mostrar, não que a terra já tinha dono, mas apenas "que ali haviam chegado cristãos". A inscrição é muito mais sofisticada, com seu dístico numeral qualificado de "gentil", e portanto de comunicação menos direta e eficiente. O nome do Papa, do Rei e do Almirante aí figuram como homenagem e sinal de obediência. Os normandos vieram por conta própria, e não em missão oficial, como Cabral. A inscrição propriamente dita, reunindo os descobridores e os descobertos, é mais um contrato de associação do que uma imposição daqueles sobre estes. Gonville pretendia apenas garantir suas boas relações com os carijós e assegurar futuras trocas: nada indica que ele tivesse

18 A *Carta de Pero Vaz de Caminha*, estudo crítico de J. F. de Almeida Prado, texto e glossário de Maria Beatriz Nizza da Silva, 2ª ed., Rio de Janeiro, Agir, 1977, p. 36.

projetos maiores com respeito à terra. Fica desde então configurada a diferença fundamental das pretensões portuguesas e francesas, nesse primeiro momento da Descoberta. Embora ambas as expedições tivessem objetivos comerciais, a exploração da terra e a colonização já estavam nos planos portugueses, pelo menos como virtuais; os franceses, naquele momento, queriam apenas um "balcão" nas novas terras, e o direito de aí traficar. Os portugueses dão nome à terra, os franceses não. O ato português tem um sentido religioso e político, já definido pelas conquistas anteriores; o ato francês tem um sentido religioso e comercial de ordem privada, fora de qualquer grande desígnio nacional.

Outro índice dessa diferença de projetos é dado pela presença, na esquadra de Cabral, dos degredados que servem como carne de canhão, que são mandados à frente em todas as investidas arriscadas e, finalmente, abandonados na terra para aprenderem a língua e costumes dos habitantes. A tripulação normanda é mais homogênea e unida. Na inscrição da cruz figuram os nomes de todos, do maior até o menor. Só vai à terra quem quer, e ninguém é obrigado a ficar. Só mais tarde outros franceses, com objetivos mais amplos do que os de Gonville, veriam a conveniência de disporem de turgimões.

Gonville leva índios porque seus interesses estão na França, onde ele os quer exibir. Por outro lado, não parece interessado em saber mais da terra do que aquilo que viu. Contrariamente aos portugueses e espanhóis, esses franceses não buscam ouro nem outros metais e pedras preciosas; o pau-brasil e outras madeiras, os papagaios e os objetos curiosos são mercadorias suficientes para os seus negócios.

Os portugueses, que já contam com experiências anteriores no assunto, e desejam tirar maiores proveitos da terra descoberta, decidem não levar homens¹⁹; acham melhor deixar alguns: "Sobre isso acordaram que não era necessário tomar por força homens, porque era geral costume dos que assim levavam por força para alguma parte dizerem que há ali de tudo quanto lhes perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens destes degredados que aqui deixassem, do que eles dariam se os levassem, por ser gente que ninguém entende". A comunicação lingüística é para eles fundamental, como demonstra o episódio do índio que falava "sem nunca ninguém o entender, nem ele a nós quantas coisas lhe demandávamos acerca de ouro, que nós desejávamos saber se na terra havia".

Entretanto, o trecho da *Carta* acima citado mostra bem que o interesse maior dos portugueses era a terra, sendo a fascinação pelos índios um traço particular do escrivão, enquanto os comerciantes normandos estão mais interessados em seus sócios carijós, da terra só lhes interessando o que estes podem trazer-lhes até o navio.

Tendo convivido mais tempo com os índios, Gonville viu mais coisas do que Caminha: a organização política dos carijós, suas guerras com outros índios, sua maneira de viver em geral. Esse interesse dos franceses em conhecer bem seus parceiros comerciais e em manter as boas graças dos mesmos, sem interferir demasiadamente na vida deles nem demonstrar intenções de se instalar em suas terras é, provavelmente, a razão principal da maior simpatia dos índios por eles, em detrimento dos portugueses, registrada em vários documentos posteriores, e interpretadas apressadamente por certos historiadores franceses do passado como uma prova da superioridade da colonização gaulesa²⁰.

A descrição dos tupiniquins-tupinambás, pelos declarantes normandos, embora menos artística, é análoga à de Caminha: "Também dizem que lá encontraram índios rudes, nus como vindos do ventre da mãe, homens e mulheres; pouco tinham cobrindo sua natureza; o corpo pintado, sobretudo de negro; lábios furados, os buracos guarnecidos de pedras verdes bem polidas e encaixadas; cortados em vários lugares da pele, aos lanhos, para parecerem mais garbosos; sem barba, cabeça meio raspada. De resto, cruéis comedores de homens; grandes caçadores, pescadores e nadadores; dormem pendurados em leitos feitos como uma rede, armam-se com grandes arcos e clavas de madeira (etc.)".

Essas descrições de índios por Caminha e Gonville são precisas e, por isso, valiosas. Considerá-las como textos de etnólogos é no entanto excessivo. Ambos procedem segundo o costume de seu tempo, dentro de um gênero já codificado na literatura de viagem, a descrição de povos com suas roupas, suas armas e adereços, distinguindo cuidadosamente o homem e a mulher. Na falta de roupas, atentam para a pintura corporal; dão grande relevo ao que levam na cabeça, a guisa de chapéu ou coroa; comparam com outros povos conhecidos (Caminha compara o tupi-

19 Outro documento diz, porém, que juntamente com a notícia do achamento Gaspar de Lemos levou um índio.

20 Por isso, Jean Levingant pode aproximar André Thevet de Caminha: "Apesar do meio século que separa as *Singularitez da Carta ao Rei Dom Manuel*, é a mesma relação com o outro que transparece aqui e lá — relação ainda marginal e liminar onde a cumplicidade alterna com a desconfiança, e onde ainda não está formulado o projeto arrazoado de submissão do outro" (*Le Huguenot et le Sauvage*, Paris, Aux Amateurs de Livres, 1990, p. 272).

nambá com o negro de Guiné, Gonville compara os carijós com os egípcios e os boêmios). O português e o normando não têm qualquer pretensão de estudar os índios por eles mesmos; limitam-se a olhá-los, com toda a curiosidade que é a de seu tempo, atentos à "perpétua variedade das formas de nossa natureza" (Montaigne). E, ao mesmo tempo, examinam-nos atentamente para avaliar suas possibilidades de serem adversários, parceiros ou subordinados. Conhecer aquela gente é questão de sobrevivência, como o comprovam as experiências dos normandos com os tupiniquins e tupinambás, e condição de negócios futuros. Mas seria o caso de se perguntar se o etnólogo, ou qualquer homem, observa o outro "por ele mesmo", e se isso é possível. A diferença entre a descrição desses descobridores e a do etnólogo moderno está apenas no fato de que este conhece as limitações de sua representação do outro, enquanto aqueles homens do século XVI estavam convictos do valor universal de sua visão. Não lhes ocorre, nem poderia ocorrer-lhes, que ser cristão não fosse uma superioridade, ou que andar vestido não fosse uma necessidade, e que, portanto, oferecer essas vantagens aos índios não fosse uma boa ação.

Tem sido notado que as observações de Caminha sobre os índios são muito mais numerosas do que suas informações sobre a terra. O mesmo ocorre na *Relação* de Gonville. Primeiramente, devemos lembrar que a descrição de uma terra *in natura*, desprovida de sinais humanos habituais, oferecia uma grande dificuldade aos escritores da época. Sua maneira habitual de descrever paisagens, forjada em função do Velho Mundo, mostrava-se inadequada para aquelas extensões virgens e nuas. Também em virtude dos objetivos comerciais imediatos, a terra atrai inicialmente menos do que as gentes. Observadas as diferenças de projeto explorador, cabe notar, entretanto, que o pouco que dizem os dois documentos sobre a terra é absolutamente coincidente. Diz Caminha:

"Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande (...) a terra em si é de muitos bons ares, assim frios e temperados (...) Águas são muitas: infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem (...) segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infindas maneiras, não duvido que por esse sertão haja muitas aves!"

Diz Gonville:

"E no dia cinco de janeiro descobriram uma grande terra (...) o país é fértil, provido de muito animais, pássaros, peixes, árvores (...) um belo país, de bom ar, terra fértil em frutas, pássaros e animais".

Sérgio Buarque de Holanda comenta a referência comum ao "bom ar", importante para os navegadores porque o ar da terra é salutar, mas principalmente associado à noção de clima temperado e fresco. A abundância e variedade de aves é motivo da admiração, estética e comercial, de todos os "descobridores" do Brasil. A referência de Caminha a possibilidades agrícolas (o que não existe em Gonville) anuncia, desde aquele instante, a diversidade futura dos projetos.

Todas as semelhanças apontadas entre os dois primeiros testemunhos sobre o Brasil e sua gente se devem a coincidências ideológicas que, para além das diferenças étnicas, caracterizavam esse primeiro momento de contato com o Novo Mundo. Em que pese a diferença de projeto das duas expedições, Caminha e Gonville se irmanam na ideologia mercantil que é a de ambos. Caminha exprime os objetivos portugueses de comércio em grande escala, que norteavam a empresa cabralina. Gonville e seus sócios manifestam as preocupações de comerciantes particulares, *free lancers* cujos negócios, comparados aos da Coroa portuguesa, eram pequeno varejo. Como diz Sérgio Buarque de Holanda, o rei português era "o primeiro negociante do país" (21). Mas nos dois casos, é a mentalidade mercantil que os guia.

Assim, a objetividade, o bom senso, a fiança na experiência, o amor aos números precisos, a ausência de referências livrescas e eruditas, que se notam nos dois documentos, são qualidades de comerciantes, homens práticos e chegados ao concreto. Da mesma forma, a cordialidade no trato com os nativos se deve aos princípios básicos do tráfico.

Cabral levava instruções precisas sobre o trato com os nativos, que devia ser o mais suave possível. Como diz João Rocha Pinto, "os componentes da esquadra

21 Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 320.

poterosa de Cabral tudo fizeram para não desencadear as hostilidades²² e evitar tensões. "Aceitando esse raciocínio, diz o historiador português, mais se desvenda a estratégia portuguesa e a de Caminha em particular"⁽²²⁾.

Sérgio Buarque de Holanda refere o *Livro das Cidades e Fortalezas da Índia*, de 1582, onde se expõem "os motivos que tinham levado el-rei D. Manuel a adotar no Oriente os métodos que dessem lucros maiores com menores dispêndios". Assim diz o autor do *Livro* que os portugueses entraram na Índia "com tenção de paz e não de guerra, acerca dos Príncipes e povos daquelas partes, significando-lhes que deles não pretendiam mais interesse que amizade e comunicação de comércio"; entendia o rei "que este nome de comércio e trato era o melhor e mais suave modo com que, sem escândalo nem alvoroço daqueles povos orientais, poderíamos entrar naquelas partes e ser melhor recebidos"⁽²³⁾. As disposições relativas ao contato com os orientais foram aplicadas, em suas linhas gerais, no trato com os outros nativos, que Cabral encontrou em sua escala ocidental e talvez acidental.

Por isso, mais do que a "insondáveis razões étnicas", Sérgio Buarque de Holanda atribui a essa mentalidade mercantil portuguesa as diferenças de comportamento entre portugueses e espanhóis na primeira fase da descoberta do Novo Mundo. Enquanto a "obra ultramarina (portuguesa) é eminentemente tradicionalista", a grande novidade da expansão castelhana é seu "cunho nitidamente imperial". "A atividade ultramarina desenvolvida pela monarquia portuguesa — diz o historiador — tem acentuado cunho mercantil"; nessa primeira fase, o domínio almejado sobre a nova terra "cifrava-se em regra ao estrito necessário para o exercício livre da atividade comercial ou predatória"⁽²⁴⁾. Por partilharem a mesma ideologia mercantil, o português e o normando se assemelham, nesse momento, mais do que ambos aos espanhóis.

O resultado, para os índios, acabou infelizmente por ser o mesmo. Diz Rocha Pinto: "Nós iríamos por caminhos mais brandos mas também chegaríamos, embora mais tardiamente, a contribuir para a brutal baixa demográfica que a população ameríndia sofreu"⁽²⁵⁾. A tendência é pois, atualmente, despojar a leitura da carta de Caminha de certas ilusões patrióticas que a fizeram ler como "o auto do descobrimento do Brasil, e da sua posse em nome de Cristo, pela Coroa portuguesa" (Jaime Cortesão); e de apreciar esse texto e seu autor na justa medida de suas indiscutíveis qualidades literárias e humanas, sem exaltar demasiadamente sua generosidade mas sem menosprezar, em contrapartida, os desígnios religiosos e civilizacionais aí expressos, reduzindo tudo a meros objetivos econômicos.

A prudência e a cortesia de Gonville e seus companheiros também se explicam pelos objetivos de uma expedição comercial, sem perder por isso seu valor humanístico. Mesmo sem apelar para o extratextual, isto é, o nobre e afetuoso comportamento futuro do capitão com relação a Essomericq, é forçoso reconhecer que os normandos do *L'Espoir* tocaram com delicadeza a terra e a gente brasileira, e souberam descrevê-la com justeza.

Uma última coincidência aproxima a *Carta* de Caminha da *Relação* de Gonville. Ambos os documentos andaram perdidos durante três séculos. A *Carta* ficou oculta, na Torre do Tombo, até ser parcialmente revelada, no século XVIII, pelo historiador espanhol Juan Bautista Muñoz; só foi publicada na íntegra em 1817, pelo padre Manuel Aires Cabral. A *Relação* de Gonville foi parcialmente editada no século XVII, na obra de Jean Paulmier de Courtonne, bisneto de Essomericq⁽²⁶⁾, novamente perdida de vista por dois séculos e finalmente editada na íntegra por d'Avezac em 1869. O eclipse dos dois documentos, por tão longo período, deveu-se, além dos azares burocráticos, ao segredo de que se cercavam as viagens de descoberta. E quando ambos vieram à luz, revelaram coincidências que comprovam tanto a veracidade de suas observações, quanto a acuidade desses longínquos olhares lançados sobre a terra brasileira.

22 João Rocha Pinto, op. cit., p. 233.

23 Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 312.

24 Idem, p. 306 e 318.

25 João Rocha Pinto, op. cit., p. 233.

26 Jean Paulmier de Courtonne, *Mémoires touchant l'établissement d'une Mission chrétienne dans le troisième monde, autrement appelé la Terre Australe, Méridionale, Antarctique & Inconnue, Dediés à Notre S. Père le Pape Alexandre III par un Ecclesiastique Originnaire de cette même Terre*, Paris, Cramoisy, 1663.